

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 11/05/2015

- [Governador anuncia pacote para fortalecer e ampliar o Pacto pela Vida](#)
- [CNJ realiza Sessão Ordinária nesta terça e lança novo Cadastro de Adoção](#)
- [Vara da Família da Comarca de Guarai realiza audiências concentradas](#)
- [Cidade com jovens mais vulneráveis à violência, Cabo vive rotina de medo](#)
- [Caminhos do incesto - a família em xeque](#)

Assunto: Governador anuncia pacote para fortalecer e ampliar o Pacto pela Vida

Fonte: Governo de PE

Data: 11/05/2015



O governador Paulo Câmara anunciou, nesta quinta-feira (7), no Palácio do Campo das Princesas, um pacote de ações para fortalecimento e ampliação do Pacto pela Vida, programa que completa oito anos amanhã. Entre elas, a realização de um concurso público com 2.366 vagas para as polícias, o reposicionamento do sistema de câmeras para potencializar o videomonitoramento em três regiões do Estado, além da implantação de políticas

públicas na área de ressocialização para crianças e jovens em medidas socioeducativas.

"O Pacto salvou nove mil vidas. É um programa que vem sendo aprimorado constantemente. Só tem um segmento que é contra o Pacto pela Vida, que é a bandidagem - esse nós queremos que fique contra mesmo. Vamos diminuir a bandidagem no nosso Estado! Sei que a sociedade

civil vai continuar nos ajudando a trabalhar em favor de um Pernambuco mais seguro, mais justo, mais igual e de um Estado que chegue a todos", cravou Paulo Câmara.

Ao enaltecer o esforço de todos que fazem o Pacto pela Vida, o chefe do Executivo pernambucano ressaltou que não é fácil trabalhar com segurança pública em um Estado sem muitos recursos. "E Pernambuco tem mostrado ao Brasil que é possível avançar nessa área. Fomos o único estado do Nordeste brasileiro nos últimos oito anos que conseguiu diminuir o número de homicídios; mais de 30% de redução", argumentou Câmara.

CONCURSO - De acordo com o governador, ainda este ano será lançado um edital para realização do concurso público para os órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social. Serão oferecidas vagas para a Polícia Militar (1.500 soldados), Polícia Civil (500 agentes e 50 escrivães) e Polícia Científica (316 cargos). Já está em andamento outro certame do tipo para a seleção de 100 delegados.

“Os concursos da área de segurança são realizados em várias etapas, que exigem tanto prova escrita quanto treinamento; além de exames médicos e investigação social. Eles estarão prontos para, a partir de 2016, ingressarem em nossos quadros”, explicou Paulo Câmara, lembrando que no próximo ano Estado e União devem estar com as finanças em melhor situação.

SEGURANÇA - Na área de Segurança, figura entre as ações anunciadas pelo governador o remanejamento, sem custo, de 100 câmeras, que deixarão postes de sete metros e serão instaladas na cobertura de edifícios. Com isso, o videomonitoramento no Estado será potencializado de um raio de 400 metros para até três quilômetros. Além da Região Metropolitana do Recife, o processo de elevação das câmeras será feito nas cidades de Caruaru (Agreste) e Petrolina (Sertão do São Francisco).

Secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho ressaltou que o Estado usará cada vez mais a tecnologia no combate ao crime. "Não é possível que a polícia esteja em todos os locais a todo tempo. Mesmo que um planejamento seja feito para atendimento de um policiamento preventivo, quando aquela viatura se envolve numa ocorrência ela tem que conduzir os detidos até a central de plantões. Então, o reposicionamento dessas câmeras e sua tecnologia nos permitirá detectar situações de risco real ou potencial, e orientar o atendimento rápido das viaturas da PM", esclareceu o secretário.

Ainda nesse segmento, Paulo Câmara assinou um termo de cooperação técnica para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita, pela Defensoria Pública do Estado, em processos judiciais criminais. O serviço será oferecido aos policiais militares e civis, além de bombeiros militares, que não possuam condições financeiras de custear as despesas processuais e os honorários advocatícios.

CIDADANIA - Entre as medidas anunciadas na área de Cidadania, está a oportunidade de emprego, dentro do Estado, para crianças e jovens atendidos em regime socioeducativo. A medida foi assegurada através da alteração de dois artigos do decreto nº 34.003/2009.

Com a nova redação, a legislação prevê a contratação de adolescentes e jovens aprendizes que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas de prestação de serviço a comunidade, liberdade assistida, de semiliberdade ou de internação executada pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Além disso, a nova redação determina que cada órgão e entidade do Poder Executivo possa contratar aprendizes em número correspondente a no

máximo 30% do total de servidores, empregados públicos ou militares do Estado.

Ex-interno da Funase, o jovem Harisson Augustinho, 18 anos, que cumpriu medida socioeducativa de liberdade assistida, testemunhou a importância da ação. Exercendo,



atualmente, atividades administrativas na Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe), ele foi enfático ao afirmar que se sente "muito grato" pela "oportunidade sem igual". O jovem também conclamou os empresários pernambucanos a se engajarem. "Que outras empresas também ajudem os jovens, numa mobilização social. Todos juntos podem ajudar. Acredito que os jovens são o futuro do Brasil, de Pernambuco e do mundo",

comentou.

A segunda medida instituiu, por meio de uma lei assinada pelo governador, o Incentivo Vida Nova, destinado a usuários do Programa Vida Nova - Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco de Rua. A legislação determina a concessão de auxílio no valor de até R\$ 200 por mês, a ser recebido de acordo com a frequência por turno dos jovens inseridos no Centro da Juventude Adolescente ou Centro da Juventude Adulto-Jovem. A seleção será feita pela equipe do Serviço Especializado para População em Situação de Rua (SEPOP-RUA).

SELO - Por fim, ainda na área de Cidadania, a solenidade também marcou o lançamento o Selo Pacto pela Vida de Prevenção Social, que será concedido à pessoas físicas e jurídicas que implementem ações de inclusão social da criança e da juventude, ou que contribuam para garantir oportunidades de emprego e inserção social a adolescentes e jovens, egressos ou que estejam submetidos aos sistemas socioeducativo e prisional, bem como os beneficiários do Programa Atitude. Com validade de um ano, a contar da publicação da certificação em veículo de comunicação oficial, o selo poderá ser renovado.

"Essas três medidas são o início da construção de um processo de fortalecimento do Pacto. É importante também ver o lado social, da prevenção, da cultura de paz, do estabelecimento da lógica de que todos nós temos responsabilidade nesse processo, não apenas as polícias. A sociedade precisa estar motivada e mobilizada", afirmou o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Isaltino Nascimento.

Assunto: CNJ realiza Sessão Ordinária nesta terça e lança novo Cadastro de Adoção

Fonte: CNJ

Data: 11/05/2015



O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reúne-se, nesta terça-feira (12/5), para sua 208ª Sessão Ordinária. A pauta será a mesma para a 26ª Sessão Extraordinária, marcada para o dia 19 de maio. Entre os itens para julgamento estão processos administrativos disciplinares, procedimentos de controle administrativo, pedidos de providência, reclamações disciplinares, procedimentos de competência de comissão e propostas de atos normativos, entre outros. A sessão plenária será na sede do CNJ, a partir das 14 horas.



Durante a sessão plenária, será lançado o novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ. O objetivo é torná-lo mais simplificado e ágil, atendendo solicitação dos próprios juízes. O novo formato do cadastro deve propiciar maior interação entre o sistema e os magistrados responsáveis pelos processos de adoção.

Assunto: Vara da Família da Comarca de Guaraí realiza audiências concentradas

Fonte: CNJ

Data: 11/05/2015



Atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o juiz da 2ª Vara Cível, Família, Sucessões, Precatória, Infância e Juventude de Guaraí, Ciro Rosa de Oliveira, realizou as primeiras audiências concentradas do dia 30 de abril. O objetivo foi buscar soluções para as demandas de crianças e adolescentes em acolhimento, de forma rápida e mais eficiente. Os participantes também tiveram oportunidade de expor suas opiniões e sugestões.

Participaram o promotor de justiça, Cristian Monteiro Melo; os defensores públicos Adir Pereira Sobrinho e Leonardo Oliveira Coelho; representantes das secretarias municipais de Saúde; Educação; Desenvolvimento Social e Cidadania; e da Juventude; além conselheiros tutelares e representantes do Centro de Acolhimento Institucional de Guaraí (CAI) e do Creas; do CRAS; e de outras instituições ligadas à criança e ao adolescente.

No final das audiências, as duas crianças que estavam acolhidas na CAI foram entregues aos familiares, os quais ficaram com a guarda judicial dos menores. As crianças serão acompanhadas pelos órgãos competentes.

Assunto: Cidade com jovens mais vulneráveis à violência, Cabo vive rotina de medo

Fonte: Portal G1 PE

Data: 11/05/2015



Constatação é do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, divulgado última quinta. Desigualdade racial coloca município do Grande Recife no topo do ranking.



Rua do Cabo de Santo Agostinho, cidade que lidera o ranking do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014

Foi com a atração de grandes empreendimentos industriais para a região do Porto de Suape, no Litoral Sul de Pernambuco, que os brasileiros passaram a notar o Cabo de Santo Agostinho, cidade da Região Metropolitana do Recife com cerca 200 mil habitantes, de acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O "eldorado" pernambucano atraiu negócios e, com eles, também uma realidade de violência. Vizinho a Ipojuca, onde está instalado o Complexo de Suape, o Cabo se tornou uma espécie de polo de empregos na região, mas amarga o pior Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e

Desigualdade Racial 2014, segundo relatório divulgado na última quinta (7), pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

A liderança do município em termos de vulnerabilidade está diretamente relacionada aos homicídios, em sua grande maioria motivados pelo tráfico de drogas, além da pobreza e falta de acesso à educação de qualidade. Na cidade, não é difícil encontrar casos de jovens e famílias que vivem de perto problemas relacionados à violência. O filho da dona de casa Marinalva Maria da Silva, 58 anos, por exemplo, foi assassinado há dois anos, por engano. Os bandidos foram cobrar dívidas relacionadas às drogas e acabaram confundindo o jovem que estava voltando do trabalho. "Ele pagou pelo erro de outra pessoa. Até gente inocente está morrendo aqui, como meu filho. Ele era um pai de família, não merecia", disse a moradora do bairro de Ponte dos Carvalhos, um dos mais populosos do Cabo.

Os resultados da pesquisa, que leva em consideração dados não apenas relacionados a homicídios, mas também mortalidade em acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza e desigualdade, mostram, de forma inédita, em quais locais os jovens negros estão mais sujeitos à violência.

"A gente entende que a violência é um fenômeno multicausal. São vários elementos que são fundamentais para entender a casualidade e dar efetividade a programas e iniciativas para solucionar essa questão. Violência não é só polícia, mas políticas sociais", defendeu o secretário nacional da Juventude, Gabriel Medina.

Com o relatório em mãos, o governo conclui que os negros ainda compõem o grupo que mais precisa ser priorizado nas políticas sociais, diante das disparidades na questão de renda, educação e, conseqüentemente, violência.



O filho de Marinalva foi assassinado por engano, há dois anos, em Ponte dos Carvalhos, um dos bairros mais populosos do Cabo



Amigo de infância de Jorge foi assassinado na cidade por conta do tráfico de drogas

mandaram o jovem correr, enquanto atiravam para o alto. "A gente vive assustado aqui. Mas acredito que esse caso foi consequência do preconceito. Talvez, se ele fosse branco, tivesse sido abordado de outra maneira", descreveu Margarida, que se mudou para Pernambuco há cerca de um ano.

Segundo o secretário de Defesa Social do Cabo de Santo Agostinho, José Leandro, o aumento da criminalidade no município está relacionado ao 'boom' econômico e industrial provocado pela consolidação de Suape. "Muitos jovens de outros estados e da área rural vieram para cá para trabalhar nas novas indústrias. Houve um aumento significativo do contingente populacional, mas isso não aconteceu de forma planejada. Por isso, contribuiu para o incremento de práticas delituosas, como agressões, roubos, som alto. É um conjunto de causas, aumento populacional sem planejamento, aumento do poder aquisitivo, bebida, droga, latrocínio, prostituição", destacou. Apesar de reconhecer os problemas, o secretário acredita que os dados de 2012 – usados na elaboração do relatório – não condizem mais com a realidade na cidade.

No Brasil, a chance de um jovem negro ser assassinado é 2,5 vezes maior do que um jovem branco. Em Pernambuco, esse índice chega a 11,57 vezes, o segundo pior do Brasil, atrás apenas da Paraíba.

E o que a pesquisa agora traz em dados já era sentido diariamente pela população negra e parda. Há cinco meses, o filho da mineira Margarida Silva estava sentado em uma linha de trem do Cabo de Santo Agostinho, sozinho, esperando a namorada. Dois policiais passaram e resolveram fazer uma abordagem, por achar que se tratava de um traficante de drogas. Como não encontraram nada,

Nas ruas do bairro de Pontezinha, afastado do Centro, a sensação é diferente. Os jovens da cidade se dividem entre a vontade de deixar a cidade para trás ou o desejo de permanecer no lugar onde cresceram, apesar dos problemas. Jorge da Silva, de 15 anos, perdeu um amigo de infância, assassinado por conta do tráfico. "A família dele se mudou depois com medo. Eu também tenho medo, mas não quero me mudar, gosto daqui", disse. "Estou estudando para ter um futuro diferente. Mas não quero sair daqui. Sei que é perigoso, mas gosto", completou Hugo Monteiro, 16. Já a dona de casa Evânia Maria da Silva, 23, diz que o bairro só tem "roubo, morte e briga". "A gente evita até sair de casa para não acontecer nada. Sempre morei aqui, mas queria me mudar para um lugar melhor, mais calmo. Tenho muito medo que aconteça alguma coisa com meu filho".

Evolução

Os dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco sobre os homicídios no Cabo de Santo Agostinho apontam que, desde 2012, o número de assassinatos no município vem diminuindo. Entretanto, de 2012 a 2015, o número de jovens assassinados (de 12 a 30 anos) chega a 69% do total. No acumulado dos últimos oito anos, esse índice fica em 68%. "Na Região Metropolitana do Recife, temos essa característica de o tráfico estar muito relacionado aos jovens. O Cabo, historicamente, é o município mais importante daquela região Sul, e o desenvolvimento traz consigo problemas, que se acumulam desde a ocupação urbana até a própria violência. A polícia tem que estar presente não só pra reprimir, mas participar da sociedade e prevenir a violência", diz o delegado Salustiano Albuquerque, gerente da Polícia Civil do Grande Recife.



Evânia tem o desejo de se mudar, para preservar o filho



Os amigos Hugo e Wesley convivem com o medo diariamente

Apesar de ter a cidade com o pior Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, Pernambuco foi um dos seis estados do Brasil que melhoraram em relação a 2007, junto ao Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. A cidade de Garanhuns, no Agreste do Estado, foi a sétima do Brasil que mais reduziu a vulnerabilidade desde a última pesquisa.

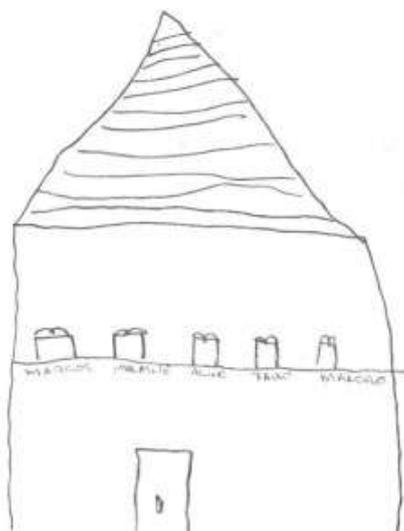
Para tentar melhorar a situação do Cabo, a prefeitura vai lançar um plano de ações, chamado de Pacto Pela Segurança e Cidadania, para todos os segmentos sociais,

após consultar a sociedade e os órgãos competentes, em 2013. O secretário José Leandro destaca que uma reunião está marcada para a próxima semana para ouvir a polícia e a sociedade organizada e elencar quais ações precisam ser tomadas.

Assunto: Caminhos do incesto - a família em xeque

Fonte: Childhood

Data: 11/05/2015



**Desenho contido na cartilha
“Abuso sexual: que violência é essa?”**

Quando o psiquiatra Cláudio Cohen, da Faculdade de Medicina da USP, começou a pesquisar sobre o incesto para sua tese de doutorado, não havia dados sobre o fenômeno no Brasil. Foi preciso, ao lado do responsável pelo setor de sexologia do Instituto Médico-Legal de São Paulo, perguntar às vítimas sobre quem tinha sido o abusador, já que apenas o exame era feito sem questionamentos adicionais.

Essa pesquisa trouxe à tona os primeiros dados sobre a ocorrência de abusos incestuosos entre os casos atendidos. Da constatação do fenômeno às possibilidades de tratamento, surgiu o Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (Cearas), ligado à USP, em 1993. A assistência não é oferecida apenas à vítima; cerca de 290 famílias, encaminhadas pela Justiça, já foram

atendidas nos 17 anos de existência do centro. “Não estamos fechados na questão assistencial. Produzimos trabalhos científicos e participamos de congressos para tornar público o tema. Afinal, uma das funções da universidade é partilhar conhecimento e, assim, possibilitar que a sociedade se aprimore”, diz Cláudio.

A experiência dos profissionais do Cearas tem revelado como ainda persistem preconceitos e equívocos quando o tema é o abuso incestuoso. “Muitos acham que o segredo impera nos casos de abuso intrafamiliar porque há um pai déspota, um membro da família que é violento e alcoólatra, criam todo um estereótipo. Mas esse tipo de abuso raramente envolve violência física ou uma ameaça de agressão corporal, é tudo mais sutil”, afirma o psicólogo Tadeu Roberto de Abreu, um dos integrantes da equipe do centro. “O carinho e o erótico aparecem de forma confusa à criança, ela não sabe discernir quando e como o adulto está passando dos limites. Às vezes, é o único afeto que recebe em casa. Por isso, a experiência incestuosa não é necessariamente traumática num primeiro momento, não será sentida de imediato com horror.” Na maioria dos casos, o agressor é uma pessoa querida dentro da família. De acordo com Tadeu, quando o sentimento de raiva surge na terapia, nem sempre é direcionado ao

abusador, mas sim às mães, que não cuidaram, não prestaram atenção nem escutaram os apelos do filho.

Outro estereótipo recorrente diz respeito ao gênero do abusador. A mídia e a sociedade em geral associam o abuso sexual de crianças e adolescentes a uma prática predominantemente masculina. “Ora, nos Estados Unidos já existem vários processos contra mulheres pedófilas e professoras que abusam de alunos”, diz Cláudio Cohen. Segundo ele, a total falta de compromisso com a função materna por parte de muitas mulheres acaba expondo a criança ao risco – são aquelas mães que não percebem nada ou não agem de modo a interromper o abuso. “A figura da mãe parece estar envolta numa ideia de santidade que não pode ser questionada. Mas aqui vemos casos de mães não somente coniventes, mas também perversas e que fazem mal aos filhos”, completa Tadeu. De acordo com ele, as pessoas não questionam o acesso que as mães têm ao corpo dos filhos nem certos cuidados ou toques claramente abusivos. “A mãe que pede para o filho adolescente dormir na cama com ela ou que se oferece para dar banho nele, por exemplo”, diz o psicólogo.

Uma constatação importante, segundo os profissionais do Cearas, é o fato de que indivíduos que não receberam atenção suficiente durante a infância ou mesmo que sofreram abuso sexual de parentes quando pequenos – e não tiveram atendimento adequado – tendem a repetir a situação em sua própria família, seja atuando da mesma forma, seja buscando um parceiro que reproduza tal comportamento. Por isso, o Cearas passou a atender famílias. “Não só a vítima e o abusador precisam de tratamento psicológico”, diz Tadeu. “Um irmão que presenciou o abuso de uma irmã, um parente a quem a violência tenha sido revelada ou mesmo a mãe, que em anos de abuso contínuo não desconfiou de nada nem se mobilizou para que o sofrimento da criança terminasse, todos esses também necessitam de atendimento. Somente tirar o abusador do convívio familiar não vai resolver.”

A ocorrência do abuso sexual dentro de casa revela que, provavelmente há algum tempo, aquela família já apresenta um desajuste nas relações interpessoais e na definição dos limites físicos e afetivos entre os membros. Em boa parte dos casos, o pai ou a mãe (ou ambos) não exercem a função parental (talvez porque não a tiveram dentro de casa, quando eram crianças), ou seja, o papel de cuidar, educar, orientar os filhos, impor limites e delimitar fronteiras para a individualidade de cada um.